FUNCIÓNARIO PÚBLICO — DEMISSÃO — ILÍCITO PENAL E ILÍCITO ADMINISTRATIVO

— A absolvição, no processo criminal, por falta de provas, não exclui a apuração da responsabilidade funcional, em processo administrativo.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Feliciano José Manhães *versus* Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro
Recurso extraordinário n.º 43.964 — Relator: Sr. Ministro

LAFAYETTE DE ANDRADA

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso extraordinário n.º 43.964, do Rio de Janeiro, em que é recorrente Feliciano José Manhães e recorrida Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro:

Acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, pela sua Segunda Turma, à unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos das notas taquigráficas precedentes.

Custas da lei.

Brasília, 24 de junho de 1960. — *Lafayette de Andrada*, Presidente e Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Lafayette de Andrada — Feliciano José Manhães moveu ação ordinária à Caixa Econômica Federal para ser reintegrado no cargo de fiel dessa autarquia. O Juiz de primeira instância acolheu a procedência da ação, mas o Tribunal Federal de Recursos, provendo a apelação julgou a ação improcedente.

Eis os votos proferidos: ler.

O acórdão tem a seguinte ementa: "Funcionário Público — Demissão — Ilícito penal e ilícito administrativo. A absolvição no juízo criminal não afeta o ato administrativo praticado com observância das normas aplicáveis à espécie".

O autor manifestou recurso extraordinário com apoio no permissivo constitucional, letras *a* e *d*.

Argumenta:

"Tal acórdão, *data venia*, está a merecer reforma por ser ofensivo à letra de lei federal e contrário à jurisprudência de nossos Tribunais, inclusive do Pretório Excelso;

Contrário à letra de lei federal porque fez prevalecer as conclusões de inquérito administrativo elaborado em desacordo com o disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, vigente à época;

Contrário à Jurisprudência do egrégio Supremo Tribunal Federal porque dissocia o ilícito penal do ilícito administrativo em circunstâncias nas quais essa dissociação é impossível.

De fato, o recorrente foi demitido porque a Comissão de Inquérito lhe imputou a prática de peculato doloso. Foi ele inocentado em Juízo não só da prática deste crime como do de peculato culposo, decidindo as Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que ele não se houvera com imprudência ao guardar os valores pelos quais era responsável em cofre sob a responsabilidade de colega mais graduado e que desfrutava de inteira confiança de seus superiores, principalmente quando a Recorrida não lhe facilitava lugar para guardá-los e a natureza do serviço não permitia o recolhimento dos valores no mesmo dia.

Nessas condições, não pode prevalecer o ilícito administrativo para fazer subsistir a punição onde falta já não existe;

É nesse sentido a Jurisprudência do egrégio Supremo Tribunal Federal, da qual é exemplo típico o acórdão abaixo:

“Não se confunde o ilícito administrativo com o ilícito penal, mas não há manter a exoneração do funcionário quando ela decorre unicamente da responsabilidade penal, de que foi absolvido em processo regular”. (Acórdão prolatado na apelação cível nº 7.682, em 30 de julho de 1943, Relator Ministro Gonçalves de Oliveira).

Assim, é a presente para interpor recurso extraordinário do acórdão unânime da 1ª Turma deste egrégio Tribunal na apelação cível nº 10.287, com fundamento nas letras *a* e *d* do art. 101, III da Constituição federal.

O recurso está arrazoado e o Procurador-Geral opinou:

“Feliciano José Manhães recorreu, extraordinariamente, com apoio nas alíneas *a* e *d* do permissivo constitucional (fls. 129 e segs.), porque, em abreviado, foi decidido, *verbis*:

“Funcionário público. Demissão. Ilícito penal e ilícito administrativo. A absolvição no juízo criminal não afeta o ato administrativo praticado com observância das normas aplicáveis à espécie” (Ementa, fls. 127).

Essa, a tese esposada pelo venerando acórdão recorrido.

Sustenta o recorrente que se não pode *dissociar* o ato jurídico ilícito penal do ato jurídico ilícito administrativo, como o fez o venerando acórdão recorrido.

Basta se considere que um mesmo *fato* pode sofrer a incidência de mais de uma regra jurídica: a penal e a administrativa. O suporte fáctico, previsto, abstratamente, na lei penal, pode ser *deficiente*, e, assim, impotente de eficacizar a punição penal; mas, de outra

parte, *suficiente* e *eficiente*, a que se opere a penalidade administrativa, a poder da incidência da regra administrativa.

O ato jurídico não é *ilícito administrativo*, porque o seja *penal*; pode ser *penal* e não ser *administrativo*, ou vice-versa. Tudo depende da previsão constante das regras jurídicas incidentes, ou não, *penais*, ou *administrativas*. Não há *sociação*, para que tenha lugar a *dissociação* preconizada pelo recorrente.

O venerando acórdão recorrido não malferiu letra de lei federal.

Nem demonstrado ficou o pretenso conflito jurisprudencial.

Diante do exposto, havemos que preliminarmente, se não conheça do extraordinário; e, se conhecido, que o excelso Supremo Tribunal Federal lhe negue provimento.”

É o relatório.

VOTO PRELIMINAR

O Sr. Ministro Lafayette de Andrada (Relator) — Entende o recorrente que o ilícito administrativo não se confunde com o ilícito penal, e daí não poder ser mantida a exoneração do funcionário quando ela decorre unicamente da responsabilidade penal, de que foi absolvido em processo regular (fls. 131). As afirmações estão certas, mas na espécie em apêço “a decisão absolutória penal, foi dada por deficiência de provas, o que não exclui de modo algum, a verificação administrativa da falta funcional” (fls. 125).

Realmente o relator, em seu voto, notou que o ilícito funcional ficou caracterizado no processo administrativo, e por isso o Procurador-Geral acentuou que o “suporte fáctico, previsto abstratamente, na lei penal, pode ser *deficiente*, e assim, impotente de eficacizar a punição penal; mas, de outra parte, *suficiente* e *eficiente* a que se opere a penalidade administrativa, a poder da incidência da regra jurídica administrativa” (fls. 119).

Tenho o recurso por incabível. A lei não foi violada, sua interpretação é aceitável, e a divergência de julgados não se configurou dada a peculiaridade do caso em exame.

Não conheço do recurso.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: Não se conheceu do recurso, por unanimidade de votos.

Presidente da Turma e Relator: o Exmo. Sr. Ministro Lafayette de Andrada.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Ministros Sampaio Costa (substituto do Exmo. Sr. Ministro Ribeiro da Costa), Vilas-Boas e Hahne-mann Guimarães.

Impedido o Exmo. Sr. Ministro Henrique D'Ávila.